

Ajuste nas estatais renderá R\$ 5,7 bilhões ao Governo

SÓCRATES ARANTES

O AJUSTE das estatais vai render R\$ 5,7 bilhões ao Governo federal, dos quais a maior parte virá de aumento das receitas, ou seja, pelo aumento das tarifas públicas. A equipe econômica prevê que a receita das empresas estatais crescerá 1,8 bilhões, enquanto o Tesouro Nacional ganhará R\$ 600 milhões só com os impostos sobre os novos valores. O Governo, como acionista majoritário dessas empresas, arrecadará outros R\$ 300 milhões relativos aos dividendos, totalizando aí pelo menos R\$ 2,7 bilhões.

Segundo a equipe econômica, as estatais também vão reduzir despesas, demitir empregados e ficam proibidas de fazer novas contratações, reduzindo assim 5% dos seus gastos operacionais e poupando R\$ 900 milhões. Além disso, R\$ 2,1 bilhões serão economizados mediante o redirecionamento dos investimentos.

Segundo o ministro Antonio Kandir,

o Governo também passa a adotar um novo conceito de patrimônio público e vai viabilizar isso através de contratação de uma consultoria através do Conselho Nacional de Desestatização para vender e alugar imóveis da União e da Rede Ferroviária Federal (REFFSA).

Na área de privatização, dois avanços significativos: no primeiro, a inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND) do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e das rodovias federais BR-361 (Rodovia Fernão Dias), BR-116 (São Paulo-Curitiba), BR-116 (Feira de Santana-Salvador) e BR-050 (Anapolis-Goiânia). No segundo, estudos para a privatização do setor de saneamento, hoje exclusivamente estatal.

Endividamento - Para os Estados e Municípios, o pacote atinge o refinanciamento de dívidas e os créditos novos do sistema bancário, com a redefinição de limites também para as operações conhecidas como ARO (Antecipações de Receitas Orçamentárias) e de Dívida Fundada. "Não haverá mais espaço para

"novos endividamentos", alertou o secretário-executivo Pedro Parente, do Planejamento. Só nas ARO haverá uma corte de R\$ 900 milhões.

O Governo também aperta no refinanciamento, onde não fará, a partir de 31 de janeiro próximo, concessões adicionais e nem exceções, além de proibir financiamentos por instituições federal para Estado que não tenha contrato assinado com a União, se este estiver precisando de programa de ajuste fiscal. Os limites máximos de endividamento são os de 30 de setembro deste ano. Se por acaso um Estado quiser novo financiamento tem que pagar (ou já ter pago) uma dívida, para que esteja dentro do limite.

Os bancos estaduais - que eram uma espécie de saco sem fundo - vão ser arrochados pelo Governo federal: o pacote prevê que o Banco Central não vai autorizar financiamento de reestruturação de bancos estaduais que não seja para privatização ou liquidação ou ainda a sua transformação em agência de fomento.